Registro epistolar
Vol. 1

SÃO GREGÓRIO MAGNO

REGISTRO EPISTOLAR

VOL. 1
(LIVROS 1 - 7)

TRADUÇÃO:
LUCIANO ROUANET BASTOS

PAULUS

Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: *Registrum epistularum*

Direção editorial
Pe. Jakson Ferreira de Alencar

Coordenação editorial, revisão de tradução, introdução e preparação do original
Heres D. de Oliveira Freitas

Assistente editorial
Cristiane Barbosa Cardoso

Coordenação de revisão
Tiago José Risi Leme

Coordenação de *design*
Elisa Zuigeber

Capa e diagramação
Leonardo Cerretti

Notas
Luciano Rouanet Bastos
e Heres D. de Oliveira Freitas

Impressão e acabamento
PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Gregório, Papa, 540-604
Registro epistolar, vol. 1 / Gregório Magno ; tradução de Luciano Rouanet Bastos. – São Paulo : Paulus, 2024.
(Coleção Patrística)

ISBN 978-85-349-5459-4
Título original: Registrum epistularum

1. Gregório, Papa - Correspondência I. Título II. Bastos, Luciano Rouanet III. Série

24-2869 CDD 270

Índice para catálogo sistemático:
1. Gregório, Papa - Correspondência

1ª edição, 2024

Conheça o catálogo **PAULUS** acessando: **paulus.com.br/loja**, ou pelo QR Code.
Televendas: **(11) 3789-4000 / 0800 016 40 11**

© PAULUS - 2024

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091
São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700
paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-5459-4

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 1940, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como "Padres da Igreja", ou "santos Padres", e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção "Sources Chrétiennes", hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativaram-se, em toda a Igreja, o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de "voltar às fontes" do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras desses autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e do estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as "fontes" do cristianismo, para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. A Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos

não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar as anotações excessivas, as longas introduções, estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém séria.

Cada obra tem uma introdução breve, com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra, suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo "patrologia" designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos.

Por "patrística" se entende o estudo da doutrina, das origens dela, suas dependências e seus empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão "teologia patrística" para indicar a doutrina dos Padres da Igreja, distinguindo-a da "teologia bíblica", da "teologia escolástica", da "teologia simbólica" e da "teologia especulativa". Finalmente, "Padre ou Pai da Igreja" se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da Antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunha particularmente autorizada da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como "Pai da Igreja" quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e Antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e Antiguidade são ambíguos. Não se espera encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de Antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de São João Damasceno (675-749).

Os "Pais da Igreja" são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de

referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que agora a Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto:

> Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar esse fim. [...] Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual (B. Altaner e A. Stuiber, Patrologia, São Paulo: Paulus, 1988, p. 21-22).

A Editora

INTRODUÇÃO

Heres Drian de O. Freitas

São Jerônimo atesta a existência, no século IV, de um responsável pela "redação das cartas eclesiásticas" – trabalho em que o próprio estridonense ajudou quando secretário do papa Dâmaso,[1] que era consultado pelo Oriente e pelo Ocidente[2] – e de um arquivo em que se conservavam cópias das missivas enviadas pelo papa.[3] Não parece mencioná-los, porém, como algo novo. É bem possível, então, que um responsável pela elaboração das cartas oficiais e um arquivo para conservação das epístolas recebidas, bem como de cópias das respostas enviadas, já fizessem parte da estrutura da cúria que se ia formando.

Embora sem a explicitação de elementos que pudessem compor um arquivo ou uma espécie de secretaria ou chancelaria pontifícia, ou episcopal, a coleção das cartas de São Cipriano de Cartago testemunha ter havido – talvez mais modestamente – arquivos e dispositivos de reprodução de epístolas e de documentos em sua sede episcopal[4] e também em Roma.[5] Não é de se estranhar: quando o cristianismo se

[1] Cf. *Apologia contra os livros de Rufino* 2,20 [São Paulo: Editora Paulus, Col. Patrística – doravante PatrPaulus – vol. 31, 2013, p. 116].

[2] Cf. *Epistula* 123,9 [*Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum* 56,82].

[3] Cf. *Apologia contra os livros de Rufino* 3,20 [PatrPaulus 31, 2013, 168].

[4] Veja-se "O *corpus* epistolar de Cipriano de Cartago", em PatrPaulus 35/2, 2020, 10-14.

[5] De fato, em uma das cartas do papa Cornélio, conservadas entre as cipriânicas, menciona-se a anexação de documentos legais à carta, assim como a transcrição, de cópia, certamente, de atas de reunião de tipo sinodal (Cipriano de Cartago, *ep.* 50,2,1 e 3,1 [PatrPaulus 31/2, 2020, 196]). Além disso, pouco mais tarde,

estabelece de modo organizado na história não pode senão servir-se do elaborado sistema organizativo de que o mundo – romano, essencialmente[6] – dispunha. Nesse elaborado sistema organizativo, as cartas têm um papel de fundamental importância: são o veículo de comunicação oficial entre Roma e suas províncias e meio da manutenção/formação da *romanitas* daqueles que se encontravam distantes.[7] Mas a essencialidade da epístola para o cristianismo inicial precede essa organização de tipo curial, embora não deixe de ter caráter organizacional e constitua um meio para a manutenção/formação de um *ethos* cristão.

Com efeito, os mais antigos textos do Novo Testamento são cartas, as de São Paulo, que, supondo um contato anterior, lidam com distintas questões pontuais que dizem respeito à vida da comunidade,[8] centrada na mensagem evangélica difundida pela pregação apostólica. Fundamentalmente missionário, o cristianismo paulino – como o cristianismo

Eusébio de Cesareia nos informa que o mesmo papa Cornélio havia escrito a Fábio de Antioquia, enviando-lhe também cartas e atas anexas (*História Eclesiástica* 6,43,3-22 [PatrPaulus 15, 2000, 334-339]), e em capítulos seguintes (*ibid.* 6,45-46 [*ibid.*, 340-342]) fala de algumas cartas de Dionísio de Alexandria. Em qualquer dos casos, trata-se, seguramente, de cópias e, como dito acima do estridonense, em momento algum tampouco Eusébio parece surpreso com sua circulação. Esse é um indício de que essa – chamemo-la assim – prática de secretaria eclesiástica já fosse corrente. Mas não só: desde São Paulo, tendo-o ouvido, comunidades cristãs interessam-se por saber, de certo modo, o que é ser cristão ou como sê-lo. Paulo respondia. Porque as cartas, então, não tinham o caráter privado contemporâneo, eram copiadas por comunidades com interesses semelhantes antes mesmo de chegarem a seu destinatário.

[6] Cf. S. Boesch Gaiano, *Gregorio Magno: alle origini del Medioevo*, Roma: Viella, 2004, 59-60. Mas, veja-se, logo abaixo, n. 9.

[7] Cf. H. Peter, *Der Brief in der römischen Literatur*, Hildesheim: G. Olms, 1965.

[8] Não se exclui, porém, aqui a possibilidade de que tenham algo de oficial. A esse respeito, veja-se L. Doering, *Ancient jewish letters and the beguinnings of christian epistolography*, Tübingen: Mohr Siebeck (Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament 298), 2012, 383-393.

primitivo, em geral – conecta-se com as comunidades pelas quais passou o apóstolo das gentes mediante cartas, que, de certo modo, "resolvem" o problema da distância entre aqueles que querem manter contato, comunicar-se[9] – característica original e essencial das epístolas, que acabaram, ao longo do tempo, por ter também aspecto, valor e objetivo literários.[10] Fato é que, seja como veículo prático de comunicação ordinária, seja como elemento literário, as missivas marcam a cristandade do início até nossos dias, como comunicação da mensagem evangélica para sua atualização na cotidianidade. Deixam-no claro tanto as epístolas neotestamentárias quanto as encíclicas – cartas circulares – papais contemporâneas, assim como, veremos, as cartas de Gregório Magno.

[9] Sem considerar aqui a carta como tipo de "presença" de seu autor, ou de seu pensamento, mais importante que sua presença física, o que parece ser posterior em relação à função prática da carta quando é escrita. A esse respeito, lidando com o caso específico de 2Cor 8,16-14, veja-se J.M.G. Barclay, "The letters of Paul and the construction of early christian network", em P. Ceccarelli *et alii* (eds), *Letters and communities: studies in the socio-political dimentions of ancient epistolography*, Oxford University Press, 2018, 289-302. A bibliografia sobre as epístolas paulinas é gigantesca nas mais divesas línguas. O leitor não terá dificuldade em encontrá-la, particularmente – para o que diz respeito à matéria em causa – quanto a sua conexão com a epistolografia greco-romana. Recentemente, no entanto, L. Doering, *op. cit.*, p. 377-427, demonstrou a influência também da tradição epistolográfica judaica em Paulo. Acerca das cartas cristãs, vejam-se F. Cabrol – H. Leclercq (dir.), *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, Paris: Letouzey et Ané, vol. 8, col. 2683-2885; e M.P. Cicarese, "Carta (Epístola)", em A. Di Berardino (org.), *Dicionário Patrístico e de Antiguidades Cristãs* – doravante DPAC –, Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulus, 2002, 259-260.

[10] Sobre as cartas, em geral, suas características e evolução, veja-se P.L. Schmidt, "Brief", em M. Landfester *et alii* (hrg.), *Der Neue Pauly: Enzyclopädie de Antike*, Sttutgart/Weimar: J.B. Metzler, 1997, vol. 2, 771-775; e, como gênero literário específico, C. Castillo, "La epístola como género literário de la antiguedad a la edad media latina", *Estudios Clásicos* 18 (1974) 427-442. Na bibliografia até o momento indicada, alguns textos distinguem carta de epístola, enquanto esta última se refere a missivas públicas e aquela, a privadas. Para detalhes a esse respeito, veja-se G. Luck, "Brief und Epistel in der Antike", *Das Altertum* 7 (1961) 77-84. Ao longo desta introdução, porém, carta, epístola e missiva são usados sinonimicamente.

Todas as cartas de São Gregório[11] que temos são dos 14 anos de seu pontificado (3 de setembro de 590 – 12 de março de 604).[12] Elas têm, portanto, um quadro cronológico bem definido. Foram reunidas sob o título, dado por Gregório mesmo, de *Registrum*.[13] *Esse Registrum epistularum*, ou *Registro epistolar* – doravante somente *Registrum* ou *Registro* –, é a maior coleção de cartas do período patrístico: 847 epístolas, das mais variadas dimensões (de poucas linhas a algumas páginas), aos mais distintos destinatários (de monges ao imperador, de leigos a patriarcas) e sobre os mais diversos temas (de conselhos de estratégia militar à organização eclesiástica e questões de direção espiritual).

Embora tais missivas sejam exclusivamente do pontificado gregoriano, não lidam todas exclusivamente com questões eclesiásticas ou com implicações cívicas, corriqueiras ou extraordinárias: há aquelas destinadas a amigos com

[11] Para sua biografia, veja-se PatrPaulus 28, 2014, 15-17, juntamente com R.A. Markus, *Gregorio Magno e il suo mondo*, Milano: Vita e pensiero, 2001; e S. Boesch Gaiano, *op. cit*.

[12] Mas não temos todas as missivas do pontificado gregoriano. Muitas delas, como anexos que algumas delas continham, perderam-se. Há referências a determinadas questões em certas epistolas que não têm qualquer correspondência com o conteúdo conservado no *Registrum*. Por isso, o leitor encontrará muitas vezes, com relação a essas missivas perdidas, expressões como *não conservada* ou que *não chegou até nós*.

[13] Cf. Ildefonso de Toledo, *De viris illustribus* 1 [PL 96,199]. Embora o costume de conservar as cartas dos pontífices fosse algo já consolidado – Gregório, tendo sido secretário do papa Pelágio II, sabia disso – o fato de essas receberem um título é algo novo. É como se Gregório tivesse em mente que, embora as epístolas papais fossem normalmente um instrumento de comunicação oficial, e algumas tivessem um formulário fixo, não deixariam de ser obra *sua*, marcada por sua intervenção. Uma obra com sua personalidade, seu estilo, linguagem, sintaxe e ritmo próprios, mesmo mantendo um caráter curial, solene, ainda que às vezes cometa algum deslize – talvez devido à limitação do copista –, como passar inadvertidamente da segunda pessoa do singular à segunda do plural, ou vice-versa (cf. V. Recchia, "Introduzione", em *Opere di Gregorio Magno. V/1: Lettere (I-III)*, Roma: Città Nuova, 1996, 1-88, p. 33-60 e 87-88).

os quais o papa compartilha as angústias e os desejos de seu espírito monástico. Seu valor e seu interesse, portanto, estendem-se do histórico ao cultivo da piedade cristã.

Com efeito – e passamos a alguns temas de relevo –, as epístolas deste *Registrum* são importante documento para um período em que a sede do Império encontra-se em Constantinopla, e Roma, mal guarnecida e com soldados prontos a rebelar-se por falta de pagamento,[14] sob governo do exarca (o representante do imperador) residente em Ravena,[15] via-se assolada pelos lombardos (ou longobardos, que tinham invadido a península itálica em 568) dos ducados de Espoleto e Benevento. Grande número das epístolas gregorianas lida com essa questão, que ocupava e preocupava o pontífice.

Eis uns pouquíssimos exemplos de como, sem apoio de Ravena ou de Constantinopla,[16] Gregório, nutrido por reverência ao Império, ou ao Estado – dois termos que mais frequentemente traduzem *res publica* nesta edição –, praticamente assume as funções de um governador: convoca a reunião do conselho de guerra e sugere atacar a retaguarda

[14] Cf. *ep.* 1,3. Acerca da indicação das cartas gregorianas, é preciso especificar que o primeiro número se refere sempre ao livro em que essa se encontra, enquanto o segundo é o da carta propriamente dita. Nesse primeiro caso, então, temos livro 1, carta 3. Se se encontrar 3,54 e 6,24, trata-se do livro 3, carta 54 e do livro 6, carta 24. No caso da citação de várias cartas, como 8,12; 9,17; 53; 109, temos: livro 8, carta 12; livro 9, cartas 17, 53 e 109. Caso se tenha algo como 1,73-75, trata-se do livro 1, cartas de 73 a 75. Se há um só número, portanto, refere-se a uma carta que se encontra no último livro citado. Referências sem indicação da obra são sempre de cartas deste *Registro*.

[15] Sobre os exarcados para o que restara do Império no ocidente, veja-se, abaixo, *ep.* 1,32, n. 143.

[16] Não pareça, porém, que o pontífice se ponha a governar em dissenso com o imperador, que, aconselhado pelo exarco da Itália, Romano, opõe-se a acordos de paz com os lombardos. Pelo contrário, Gregório acolhe a repreensão que lhe faz o imperador Maurício, ao mesmo tempo que se empenha por estabelecer o respeito devido ao sacerdócio, pensando mais em seus coirmãos que em si mesmo (*ep.* 5,36). O pontífice obedece ao imperador mesmo quando francamente discorda dele (*ep.* 3,61).

inimiga[17] ou depredar suas posições,[18] nomeia comandantes de guarnição,[19] trata do resgate de prisioneiros;[20] pensando no bem da igreja e de seus fiéis, implica os bispos em questões militares;[21] alerta sobre invasões iminentes.[22] Estabelece, em todo caso, que, o que quer se faça, faça-se de modo a não sofrer qualquer reprovação por parte dos inimigos.[23] Mas o papa quer a paz. Embora essa seja ocasião para reorganizar as próprias tropas,[24] ele a quer porque a guerra é sempre perda para ambas as partes, com derramamento do sangue de quem poderia fazer o bem a todos.[25]

Outra matéria de relevo no *Registro* é a administração do Patrimônio de São Pedro, isto é, das propriedades da Sé romana,[26] em Roma, claro, como por toda a Península Itálica, como na Ligúria,[27] na província dos Brútios,[28] na Campânia[29] e na Sicília;[30] mas também alhures, em outras províncias do Império, como na Dalmácia,[31] nas Gálias[32] e na África.[33]

[17] Cf. *ep.* 2,4 e 27.
[18] Cf. *ep.* 2,28.
[19] Cf. *ep.* 2,10; 47.
[20] Cf. *ep.* 7,23.
[21] Cf. *ep.* 8,19; 9,11.
[22] Cf. *ep.* 11,31.
[23] Cf. *ep.* 2,28.
[24] Cf. *ep.* 5,34.
[25] Cf. *ep.* 5,42; 9,66.
[26] Havia um elenco (*polypychum*) de todas as posses – e respectivas obrigações – da Sé de Roma na secretaria do Latrão (cf. *ep.* 9,200; Ioannes Diaconus, *Vita Gregorii* 2,24), constantemente atualizado. Igualmente sempre atualizados eram os registros contábeis do administrador regional do patrimônio, do qual se devia prestar contas.
[27] Cf. *ep.* 11,6.
[28] Cf. *ep.* 2,1.
[29] Cf. *ep.* 1,23.
[30] Onde o patrimônio ora aparece unificado, ora dividido nas partes siracusana (cf. *ep.* 9,28-32) e palermitana (cf. *ep.* 9,23).
[31] Cf. *ep.* 2,19 e 38.
[32] Em suas partes arelatense (cf. *ep.* 6,5) e marselhesa (cf. *ep.* 6,6).
[33] Cf. *ep.* 1,73-75.

Administrado normalmente por subdiáconos, diáconos ou nobres locais, auxiliados pelos, assim chamados, defensores, o Patrimônio de São Pedro, bem como o patrimônio das igrejas locais, não é fonte de lucro, mas meio para a manutenção dos edifícios eclesiásticos, para prover às necessidades do sacerdócio (clero e bispos), para o cuidado dos pobres,[34] o socorro das viúvas[35] e de quem quer que peça ou precise do auxílio da igreja.[36] Estes últimos aspectos são tão importantes que o pontífice chega a afirmar que em vão é chamado bispo aquele que, ainda que dedicado à leitura e à oração, não é generoso, não ajuda a quem se encontra na indigência e não considera como sua a pobreza dos necessitados a seu redor.[37]

Na administração do patrimônio eclesiástico, seja da Sé romana ou das igrejas particulares, poderia haver abusos ou fraudes,[38] cometidos tanto por administradores eclesiásticos como por funcionários estatais ligados ao fisco, frequentemente com prejuízo dos produtores rurais. Há, a esse respeito, o empenho do papa em sanar tais deficiências e fomentar a administração com justiça. Nesse sentido, Gregório promove uma verdadeira e própria reforma, ou purificação, da administração patrimonial.[39]

Mesmo que tenha assumido essas duas frentes, que poderíamos designar cívica, a primeira, e administrativa, a segunda, em relação aos lombardos e ao patrimônio,

[34] Cf. *ep.* 4,11; 5,12; 48; 6,5; 54; 56; 8,7; 13,45.

[35] Cf. *ep.* 1,37.

[36] Cf. *ep.* 1,18; 23; 44; 50; 65; 2,50; 3,55.

[37] Cf. *ep.* 6,33.

[38] Cf. *ep.* 1,42 (uma das melhores fontes acerca da vida dos colonos de então, e que constitui, pode-se dizer, o texto programático gregoriano da ação administrativa – enquanto a *ep.* 1,24 é o texto programático da ação pastoral); 68; 9,116.

[39] Particularmente no que diz respeito à simonia (cf. 5,62; 63; 6,7).